

Maria Antonieta de Campos Tourinho

*Doutoranda em Educação - UFBAIPPGE.
Faculdade de Educação
Professora de Metodologia de História.*

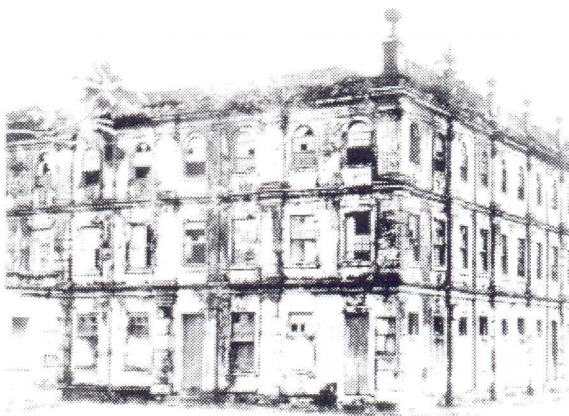
A salvação da lavoura: a Escola Agrícola de São Bento das Lages

O trabalho historia a Escola Agrícola de São Bento das Lages, fundada pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura, com curso iniciado em 1877, no município de Francisco do Conde, recôncavo baiano. Mostra como a escola foi criada para atender às necessidades da lavoura. Fala do curso elementar para formar operários agrícolas, que também atendia meninos abandonados, e do curso superior que se transformou, nos dias atuais, na Faculdade de Agronomia da UFBA.

The work tells the history of the Agricultural School of São Bento das Lages, founded by the Bahian Imperial Institute of Agriculture. The course began in 1877 at the municipality of S. Francisco do Conde, in the surroundings of the bay of Ali Saints. It shows how the school was created to attend the necessities of field work. It had an elementary course to form rural workers and attended also abandoned children. It tells how it was created a superior course and the school transformed nowadays in the Agronomy Faculty of the Federal University of Bahia.

Apresentação

Nas proximidades da cidade de São Francisco do Conde, Recôncavo da Bahia, encontram-se as ruínas de uma construção "de proporções amplas e aspecto majestoso, verdadeiro palácio, com trinta e quatro metros de largura, quarenta de comprimento, hoje, em meio à



ruinaria, apenas torvo montão de janelas e portas" (Cunha 1977 p. 150). É o que resta da primeira Escola Agrícola do Brasil, inaugurada no dia 15 de fevereiro de 1877, no Engenho das Lages, propriedade da Ordem de São Bento. A origem, o funcionamento dessa Escola estão intimamente ligados ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura que a construiu e a manteve até o ano de 1904, quando seus bens foram revertidos ao Estado.

As ruínas, que envolvidas no silêncio dos anos de abandono e invadidas pela vegetação tropical, e que dominam a paisagem de S. Bento das Lages, foram o local de passeios no período da minha vida passada na zona açucareira do Recôncavo da Bahia. A curiosidade, despertada pelos enigmas dessa construção abandonada, torna-se revivida anos mais tarde, quando, em busca de um tema para um projeto de dissertação de mestrado, tomei contato, no Arquivo Público da Bahia, com uma documentação sobre o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Tratava-se da correspondência desse Instituto com a Presidência da Província, documentação manuscrita (relatórios, ofícios e mapas demonstrativos da situação financeira) arquivada na Série Agricultura, da Seção Histórica. Esse primeiro achado me incentivou na busca de outros e na Faculdade de Agronomia da UFBA., em Cruz das Almas, encontrei as Atas da Congregação dos Professores, o livro de Matrículas da Eschola Agrícola da Bahia e fotografias de membros do Instituto, do prédio principal e dos alunos no laboratório, na biblioteca, nas escadarias da escola.

À medida que criava uma intimidade com os documentos fui compondo imagens que me aproximaram mais da vida e do cotidiano

dessas Instituições: os arrastados e turbulentos anos de construção da escola; o seu funcionamento; a relação do Instituto com o governo Provincial e Imperial; a sua organização administrativa e financeira; as considerações, decisões e ações da instituição diante dos problemas da economia açucareira quando se torna porta-voz das principais questões que afligem a oligarquia açucareira na segunda metade do século XIX. As mesmas questões - a falta de braços, de capitais e atraso da técnica na lavoura baiana - são posteriormente abordadas, sob prismas mais modernizadores, nos discursos dos alunos do curso superior da Escola, como constatei ao localizar, em um arquivo anexo à biblioteca da Faculdade de Agronomia, cento e setenta e oito teses, defendidas pelos formandos no período de 1880 a 1904, nas quais se expressam essas novas abordagens.

A primeira pista que tive da existência dessas teses foi através do trabalho de Maria do Socorro Fraga, intitulado "Idéias Socialistas na Eschola Agrícola da Bahia", no qual a autora procura demonstrar a existência de idéias socialistas ainda não aprofundadas no universo ideológico dos alunos de S. Bento das Lages. Encontrei também referências ao Imperial Instituto e à sua Escola em alguns outros autores. Eul Soo Pang e Eugene Riding, nos seus estudos sobre a economia baiana no século XIX, focalizam o Instituto como uma tentativa frustrada dos lavradores de criarem uma associação que representasse os interesses da agricultura. Guimarães (1956), no livro "Esplendor e Agonia do Instituto Bahiano de Agricultura 1859-1902", relata os momentos de glória e de decadência dos quarenta e cinco anos de vida da instituição através da transcrição das Atas das Sessões do Instituto, documentação que se inicia com a Ata Inaugural assinada pelo Imperador D. Pedro 11. Pedreira (1976; 62-66) transcreve o Decreto 2.500 - A, de 1 de novembro de 1859, que estabelece as bases para o funcionamento do Imperial Instituto e traça resumidamente o histórico da Escola Agrícola desde a inauguração até sua transferência para Salvador em 1930. Cunha (1977; 150-169), no capítulo intitulado "Do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura à Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia", amplia o relato até a instalação da escola, em 1943, na cidade de Cruz das Almas, e lamentando a "ruinaria majestosa" em que se transformou o prédio construído em S. Bento das Lages, transcreve apelos para a sua restauração como monumento histórico.

As ruínas de S. Bento das Lages simbolizam o que restou da tentativa da elite açucareira de adaptação aos novos tempos que exigiam referenciais mais modernos. O Imperial Instituto de Agricultura,

criado em 1859, com a pretensão "de salvar do aniquilamento a lavoura nacional", faz parte do clima de prosperidade e de disseminação de ideias progressistas, reinantes no país após a proclamação da maioria de D. Pedro 11. Unhares (1979; 149) caracteriza a década de 50-60 "como uma época de otimismo continuado que se prolongará até 1873, momento de sua primeira crise". Almeida (1951) observa que a partir de 1840 há uma certa reanimação na economia baiana que se prolonga pela década de 50, apesar da cólera de 1855 e da seca de 57 e 61. Azevedo, (1969; 14/15) analisando as contradições deste período marcado pela supressão do tráfico de escravos em 1850, considera que apesar dos vários fatores que desequilibraram a economia baiana há, nesta década, uma recuperação do "mal-estar econômico dos anos 30, provocada pela utilização dos capitais, liberados pela supressão do tráfico e pela criação de estabelecimentos bancários".

A criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e da Escola Agrícola foi também reflexo das dificuldades, conflitos e contradições da estrutura socioeconômica da Província da Bahia na segunda metade do século XIX. Neste período, a indústria açucareira no Brasil lutou com dificuldades internas e externas que acabaram por reduzir um produto essencialmente de exportação como o açúcar a um lugar secundário no comércio mundial e a levar as regiões produtoras a uma situação de decadência. As implicações desse quadro são várias e se prendem principalmente aos problemas de mercado, preço, técnica e mão-de-obra. No plano internacional, essas implicações se relacionam com a concorrência de outros centros produtores o que provoca a restrição do mercado consumidor e a diminuição do preço do açúcar. Com a supressão do tráfico em 1850, agravou-se o problema da mão-de-obra e a técnica não pode suprir essa deficiência, pois se encontra obsoleta atuando quase que nas mesmas bases do início da colonização. Diante destes problemas, a modernização passou a ser a saída para a crise e, na Bahia, esta tentativa se expressa no Imperial Instituto de Agricultura cuja atuação demonstra o esforço de setores mais progressistas da elite baiana de superar os problemas da economia açucareira. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo de seus quarenta e cinco anos de existência, que arrefeceram a euforia inicial e esvaziaram a frequência de suas reuniões, o Instituto construiu em pleno massapê do recôncavo baiano uma escola superior de agronomia. A Escola Agrícola de S. Bento das Lajes acabou sendo a catalisadora dos ideais modernizadores, seja na tentativa de difusão de uma técnica mais avançada ou na formação de uma mão de obra mais "competente"

ou na defesa da educação agrícola como solução para os males da agricultura, o que pode significar um lugar para a história dessas instituições na História da Educação da Bahia.

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e a Eschola Agrícola da Bahia

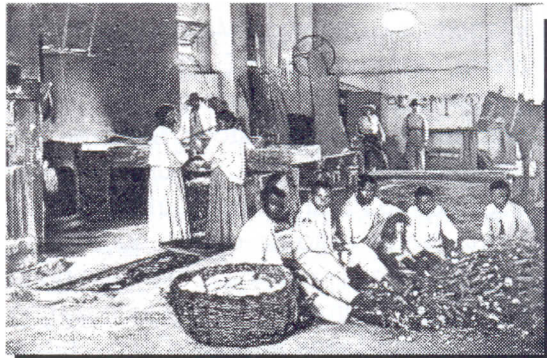
A existência do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura representou uma esperança para os senhores da cana de açúcar como demonstra a sessão inaugural, realizada em 18 de novembro de 1859, presidida pelo Imperador D. Pedro 11. Compareceram o Presidente da Província e inúmeros representantes da elite baiana, como o Senador Francisco Gonçalves Martins, João Maurício Wanderley, Thomas Pedreira Geremoabo, o Barão de S. Francisco, nomes que ocupariam cargos e seriam presenças em suas reuniões nas quais se tratava basicamente de questões relativas à escassez da mão-de-obra e à "rotina" da técnica. Como uma das soluções para esses problemas, cogitava-se na criação de uma escola agrícola que funcionasse como formação de mão-de-obra e como um centro de experiências e de divulgação de uma técnica mais avançada e as discussões giravam em torno principalmente de sua localização. O Barão de Cotegipe sugeriu que fossem feitos anúncios convidando os proprietários para "contratarem" terrenos para o estabelecimento da Escola e a vencedora foi a proposta da Ordem Beneditina (Engenho das Lages) que oferecia as seguintes vantagens: terrenos extensos, variados e apropriados para vários tipos de culturas e pastagens; já possuir edifícios; estar localizado no centro dos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde principais produtores de cana-de-açúcar do Recôncavo bahiano.

Escolhido o local, começa a construção da Escola para a qual foram canalizados todos os recursos e atenções do Imperial Instituto de Agricultura, reduzindo significativamente os seus propósitos iniciais de ser um veículo de salvação da lavoura nacional. Durante mais de dez anos as obras arrastaram-se, os empreiteiros cobraram, o abade de São Bento reclamou o aluguel atrasado, as reuniões foram adiadas por falta de número suficiente de membros. O único órgão que funcionava regularmente era a Diretoria que levava adiante o projeto da Escola, equilibrando a receita e a despesa na medida do possível, cobrando as sempre atrasadas subvenções Provincial e Imperial e pagando aos credores quando os recursos permitiam. Finalmente, com o edifício pronto, o material vindo da Europa instalado, os estatutos aprovados

pelo Governo Imperial, iniciaram-se em 1877 as aulas da primeira Escola Agrícola do Brasil. Os vinte cinco anos de vida desta instituição são marcados por um funcionamento precário e problemático com carências de recursos e professores, o que provoca discussões sobre: a validade de sua criação e de seu currículo, considerado muito teórico e pouco prático; a sua transferência para um local de mais fácil acesso; a possibilidade de passar o seu controle para o Estado.

o CURSO ELEMENTAR

Destinado a formar operários especializados para trabalharem nas propriedades agroaçucareiras, disseminando entre os outros trabalhadores uma técnica mais avançada, o curso elementar contava com uma clientela composta de filhos de pequenos lavradores, de órfãos de São



Joaquim e de meninos abandonados da capital. Esse curso tinha a duração de três anos e admitia alunos entre doze e quinze anos que estudavam noções elementares de aritmética, gramática, geografia, contabilidade, desenho linear e mecânico, ministrados por um professor primário contratado pelo Instituto de Agricultura. Também aprendiam catecismo e música com o capelão e praticavam trabalhos rurais, durante cinco horas por dia, nos campos. Esta formação básica era garantida pela escola que também fornecia "alimentação, vestuário, livros, instrumentos de botica". O curso se iniciou em março de 1877 com treze alunos - nove filhos de lavradores e quatro órfãos de S. Joaquim - não preenchendo as vinte vagas iniciais. A sua frequência era irregular e marcada por problemas disciplinares, fugas e evasões de alunos. No relatório do Instituto, transcrito na Fala de 1889, o Diretor informa que "da Eschola teem sahido promptos 25 operários agrícolas: 4 em 1881; 2 em 1882; 2 em 1883; 2 em 1884; 2 em 1886; 3 em 1887; 3 em 1888". Os diversos tipos de conflitos e os retornos pouco compensadores demonstram que o propósito de se formar operários agrícolas como uma das vias para

modernizar a economia açucareira baiana não encontrou receptividade no contexto do recôncavo na segunda metade do XIX.

A tentativa de modernização da agricultura, através da formação de um operariado agrícola, se defrontava também com a resistência das famílias a perceberem que o encaminhamento dos seus filhos para o trabalho nos engenhos prejudicava a renda familiar e, por isso, demonstravam um total desinteresse pela escola porque "poucos são os pais que renunciam ao trabalho de seus filhos mormente quando estes atingem a idade de 10 a 12 anos, época em que já lhes podem prestar alguns serviços, ou os retiram do curso antes que sejam empregados na força de trabalho"¹. Frustrada a tentativa de transformar os filhos de pequenos proprietários de meeiros e de moradores nas grandes propriedades da região em operários e regentes agrícolas, habilitados, sábios e moralizados, que soubessem por "em movimento os novos aparelhos de que a agricultura moderna se serve"? o curso elementar adquiriu um aspecto de casa de recuperação de menores, com sua clientela reduzida a meninos abandonados, e era assim que se apresentava em 1896, ano que cessam as informações sobre a formação do operariado, apesar de continuarem as informações relativas ao curso superior.

o CURSO SUPERIOR

Destinado a preparar uma nova elite técnica que liderasse as transformações necessárias à recuperação da economia açucareira, difundindo conhecimentos tecnológicos mais avançados, o curso superior formou várias turmas de engenheiros agrônomos no período de 1880, ano da primeira formatura, a 1902. Para serem demitidos



Alunos do curso superior na biblioteca

¹ Atas das Sessões da Diretoria - Relatório do Diretor da Escola Agrícola, 1886. ² Mensagem do Governador, 1896.

os alunos deveriam ter completado dezesseis anos e se mostrarem habilitados nas disciplinas: português, francês, geografia, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria. A clientela se compunha de alunos pensionistas e de alunos gratuitos, que eram selecionados pelos seguintes critérios: provar que não têm meios; pertencer a famílias que exerçam a profissão de agricultura, ser órfão de pai e mãe; ser filho de viúva; ser filho de funcionários públicos civis ou militares. A escola oferecia 20 vagas: 10 para alunos pensionistas e 10 para gratuitos. Essas vagas foram posteriormente ampliadas para 40 e à medida que se agravava a situação financeira foi diminuindo o número de pensionistas. A Mensagem do Governador de 1895 registra que de 1880 até esta data concluíram o curso 148 alunos. Esses são os únicos dados oficiais que encontrei sobre o número de formandos, entretanto Fraga (1976) se refere à "cerca de trezentas teses" das quais localizei cento e setenta e oito que estão reunidas em volumes de acordo com os temas: Agricultura, Mecanização da Agricultura, Agrologia, Economia Política, Economia Rural, Engenharia Rural, Química Agrícola. Mais do que indicar o número de formandos, essas teses são fundamentais para o entendimento das idéias e projetos que perpassaram o curso superior, dando uma visão mais integral da sua existência.

Uma das condições para que o aluno concluinte da Escola Agrícola da Bahia recebesse o grau de Engenheiro Agrônomo era a defesa de uma tese. Durante os vinte e cinco anos de existência do estabelecimento, vários acadêmicos sustentaram teses sobre os mais variados assuntos, expondo pontos de vista em relação aos problemas da economia baiana. A natureza desses discursos reflete o posicionamento de uma geração que analisa a realidade não mais empiricamente e, sim, através de uma base científica adquirida durante o aprendizado na Escola Agrícola. O atraso da técnica, a falta de braços e de capitais, a ignorância e o conservadorismo dos lavradores, assuntos exaustivamente discutidos nas reuniões do Imperial Instituto no período anterior ao funcionamento da Escola Agrícola, são retomados sistematicamente em quase todos os trabalhos elaborados por seus formandos. A retomada desses grandes temas, entretanto, não significa uma mera repetição do que foi dito, defendido e combatido pelos produtores de açúcar. Apesar de diferenças ideológicas mais amplas que vão desde posições conservadoras até defesas pouco consistentes de idéias socialistas, existe nos discursos dos alunos formados pela Escola Agrícola uma relativa unanimidade de pensamento expressa em críticas à realidade brasileira particularmente do Recôncavo da Bahia. Na luta pelo espaço profissional, seja o filho

de representantes da elite açucareira, seja um forasteiro vindo do Rio Grande do Sul, o acadêmico de agronomia defende reivindicações fundamentadas no princípio de que o desenvolvimento da agricultura depende a prosperidade do Brasil; na defesa da agricultura como ciência que compreende uma parte teórica e uma parte prática, a teoria sendo conseqüência da prática refletida; na necessidade da valorização da profissão de Agrônomo e em críticas à valorização do "Bacharelismo" e do "Funcionalismo," freqüentemente demonstrada pela elite brasileira. Independente do conteúdo desenvolvido ou da ideologia do autor, um tema que perpassa todas as teses consultadas é a da educação como veículo de desenvolvimento e os acadêmicos defendem a disseminação da instrução agrícola seja através de escolas - ensino elementar e superior - campos de experimentação, comícios ou feiras agrícolas.

As constantes referências à falta de capitais, escassez de mão-de-obra e atraso da técnica e da consciência, por parte da elite baiana, de que para promover inovações o lavrador precisa de recursos, não impedem que as tentativas de modernização efetivem-se apenas na área educacional. A tradição de se tentar resolver parte dos problemas da economia açucareira através da disseminação de informações é mantida nas teses dos formandos de São Bento das Lages. Os acadêmicos tentam minimizar a ignorância da maioria dos lavradores com orientações técnicas sobre agricultura e pecuária e, ao lado da retomada das questões de mão-de-obra e técnica, aparecem também nesses trabalhos assuntos controvertidos como a questão salarial, as vantagens da cultura intensiva e a transformação do regime de propriedade da terra.

No seu período de funcionamento, em S. Bento das Lages, a Escola Agrícola pouco influi para a transformação da economia açucareira, as informações não foram disseminadas e, em relação à incorporação da mão-de-obra formada pela escola na agro-indústria do recôncavo da Bahia, as estatísticas, apesar de falhas e descontínuas, demonstram que a quantidade de formandos que se dedicaram à lavoura da cana é pouco significativa. Dessa maneira, os projetos modernizadores do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura não foram praticamente absorvidos pela economia açucareira. Entretanto, apesar de não ter disseminado uma tecnologia mais avançada, nem através de seus campos de ensaio nem através da multiplicação de uma mão-de-obra especializada, o comprometimento do Instituto com o aspecto pedagógico do movimento modernizador, realizou-se não apenas através da formação de elementos que reproduziam a ideologia da educação como fator de desenvolvimento, mas principalmente com a construção e manutenção de uma Escola que é o germe do ensino agrícola na Bahia.

A Escola Agrícola da Bahia passou ao controle do Estado em 1904 e, em 1905, reorganizou-se com o nome de Instituto Agrícola da Bahia, funcionando até 1911, quando o governo Federal se responsabilizou pela sua administração e a transformou na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Em 1914, esta escola foi fechada para ser reaberta em 1916, continuando em S. Bento das Lages até 1930, quando foi transferida para Salvador e, em 1943, para a cidade de Cruz das Almas, onde funciona atualmente a Faculdade de Agronomia da Universidade Federal da Bahia.

Concluindo, é importante sinalizar que o significado do Imperial Instituto e da Escola Agrícola da Bahia não se esgota na segunda metade do século XIX, período de criação e atuação destas instituições, pois se projeta não apenas para o futuro mas, também, para o passado, já que a necessidade de "salvação da lavoura nacional" se vincula aos contextos que foram construídos ao longo da nossa história desde o período colonial.

REFERÊNCIAS BiblioGRÁFicas

- ALMEIDA, Rômulo. *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. Salvador: Instituto de Educação e Finanças da Bahia, 1951.
- AZEVEDO, Thales de e UNS, E.Q. Vieira. *História do Banco da Bahia 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- CUNHA, Mário Pinto. *Memorial de S. Francisco do Conde*. Salvador: Gráfica Central 1977.
- FRAGA, Maria do Socorro. *Idéias socialistas na Escola Agrícola da Bahia*. Salvador: 1976. mim.
- GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Esplendor e agonia do Instituto Bahiano de Agricultura 1859-1902*. Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1954.
- UNHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918.)* Brasília: Binagri, 1979.
- PANG, Eul Soo. *Bahia's Planter elites and their attempt to modernize agriculture, 1842/ 1889 - Vanderbilt University*, 1974.
- PEDREIRA, Pedro Thomas. *Notícia histórica de São Francisco do Conde*. Bahia Estudos Baianos, 1976.
- RIDING, Eugene Ware. *The Bahian Commercial Association 1840 1889*. Universidade da Flórida, 1970.
- TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise açucareira na segunda metade do século XIX*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 1982. Dissertação de Mestrado, Mim. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: uma experiência e um exemplo histórico*. Salvador: Correio da Bahia, 28/7/1980